

GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 14.562/2019
Processo : 201809617-00
Classe : Consulta
Orgão : Prefeitura Municipal de Barcarena
Interessado : Antônio Carlos Vilaça - Prefeito
Exercício : 2018
Relator : Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

**CONSULTA. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.
ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE. GESTORES DE
SAÚDE.**

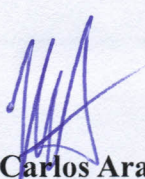
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão:

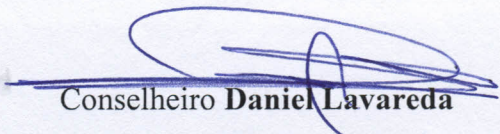
1. Os Conselhos Municipais de Saúde objetivam garantir a participação popular na execução de políticas públicas setoriais, na medida em que são órgãos colegiados de caráter deliberativo e permanente, formados por representantes do governo, profissionais da saúde, usuários e também por gestores e prestadores de serviços de saúde.

2. As entidades gestoras, por meio de seus representantes podem representar o respectivo segmento na estrutura organizacional dos Conselhos Municipais de Saúde, por meio de seus conselheiros indicados.

3. É possível o representante do segmento gestor, que tenha sido indicado como Conselheiro, concorrer e ser eleito Presidente do Conselho Municipal de Saúde, com fulcro na Lei Federal nº 8.142/1990 e na Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em **26 de março de 2019**.


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Presidente


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros: Antônio José Guimarães. Conselheiros Substitutos: Sérgio Dantas
Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Inês Gueiros.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 14.562

Processo nº 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

RELATÓRIO

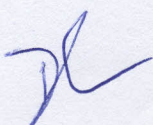
Processo: 201809617-00
Assunto: Consulta
Município: Barcarena
Órgão: Prefeitura Municipal
Interessado: Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior
Exercício: 2018

ANTÔNIO CARLOS VILAÇA, Prefeito Municipal de Barcarena, exercício de 2018, encaminhou **CONSULTA**, com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, na qual expôs situação em tese, relativa à possibilidade de um Conselho Municipal de Saúde ter eleito para o cargo de Presidente um representante do segmento gestor, conforme demonstrado no quesito formulado:

a) Um Conselho de Saúde Municipal pode ter como presidente um representante do segmento gestor?

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **19.11.18** (fl.03), conforme prevenção jurisdicional para o exercício de 2018, na forma regimental, objetivando o exercício do Juízo de Admissibilidade, bem como a apreciação do mérito consultivo, notadamente quanto à apresentação de resposta acerca do quesito formulado, a fim de obter esclarecimento acerca do tema, para além de assentar a necessidade de posicionamento desta Corte de Contas, com o escopo de orientação aos Poderes Executivos do Estado do Pará.

É o Relatório.



GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

14 - 562

Processo nº 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

ADMISSIBILIDADE

PRELIMINARMENTE, o Regimento Interno deste TCM-PA (Ato n.º 19/2017), disciplina os critérios de admissibilidade das consultas formuladas, junto ao TCM-PA, a qual recai ao Conselheiro-Relator, assentado junto aos artigos 298¹ e 299².

Dessa forma, traçadas as diretrizes regimentais aplicáveis, por ocasião do juízo de admissibilidade consultiva, verifico que os presentes autos se revestem das formalidades necessárias, quanto à proposição, em tese e com indicação clara de quesitos; com base em matéria de competência desta Corte de Contas e, ainda, firmado por autoridade legitimada, qual seja, o Chefe do Executivo Municipal de Barcarena.

VOTO

NO MÉRITO, em resposta a tese formulada junto a vertente consulta, cumpre-me assentar posicionamento acerca da possibilidade de um representante do segmento gestor de saúde ser eleito para o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ao que verifico, como base legal-normativa incidente, as diretrizes estabelecidas na **Lei Federal n.º 8.142/90**, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na **Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde**, e da **Lei Municipal n.º 2.147/2014**, do Município de Barcarena.

O Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, que integra a estrutura organizacional do

¹Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

²Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

DL

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

14 - 562

Processo nº 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competências fixadas na Lei Federal nº 8.142/90¹, bem como nas respectivas legislações estaduais e municipais, as quais obedecem e replicam, por necessário, as diretrizes da referida Lei Federal.

Neste sentido, a partir do processo de descentralização da saúde, ocorreu o surgimento de Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, dentre outros. Assim, os Conselhos de Saúde são espaços instituídos e voltados à participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde, atuando na formulação e proposição de estratégias e, ainda, no controle da execução de políticas públicas de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

No tocante à organização dos Conselhos de Saúde, cumpre-se ressaltar a *terceira diretriz* presente na **Resolução nº 453/2012²** do Conselho Nacional de Saúde, a qual dispõe acerca da composição dos representantes dos Conselhos, que transcrevo:

Terceira Diretriz: a participação da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. A legislação estabelece, ainda, a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados. O Conselho de Saúde será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária. Nos Municípios onde não existem entidades, instituições e movimentos organizados em número suficiente para compor o Conselho, a eleição da representação será realizada em plenária no Município, promovida pelo Conselho Municipal de maneira ampla e democrática. (grifo nosso)

Dessa forma, denota-se que os Conselhos de Saúde objetivam garantir a participação popular na execução de políticas públicas setoriais, na medida em que são órgãos colegiados

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>, último acesso em 18/01/2019.

² Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html>, último acesso em 18/01/2019.

DL

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO N.º

Processo n.º 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

de caráter deliberativo e permanente, formados por representantes do governo, profissionais da saúde, usuários e também por gestores e prestadores de serviços de saúde.

Diante disto, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde¹, a fim de manter o equilíbrio dos interesses envolvidos, 50% (cinquenta por cento) dos integrantes dos Conselhos de Saúde têm que ser usuários, 25% (vinte e cinco por cento) devem ser profissionais de saúde e os outros 25% (vinte e cinco por cento) devem ser gestores e prestadores de serviços de saúde conveniados com o SUS.

Neste sentido, o **inciso III, da Terceira Diretriz da Resolução n.º 453/2012**, enumera as possíveis representações no âmbito do Conselho de Saúde, *in verbis*:

III - A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as seguintes representações:

- a)** associações de pessoas com patologias;
- b)** associações de pessoas com deficiências;
- c)** entidades indígenas;
- d)** movimentos sociais e populares, organizados (movimento negro, LGBT...);
- e)** movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- f)** entidades de aposentados e pensionistas;
- g)** entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- h)** entidades de defesa do consumidor;
- i)** organizações de moradores;
- j)** entidades ambientalistas;
- k)** organizações religiosas;
- l)** trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos, obedecendo as instâncias federativas;
- m)** comunidade científica;
- n)** entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- o)** entidades patronais;
- p)** entidades dos prestadores de serviço de saúde; e
- q)** governo.

¹ Brasil. Ministério da Saúde. Conselhos de saúde : a responsabilidade do controle social democrático do SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. pág. 6.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO N.º 14-562
Processo n.º 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

Neste sentido, as entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho de Saúde terão os conselheiros indicados, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, com a recomendação de que ocorra renovação de seus representantes de no mínimo 30% (trinta por cento) a cada eleição, conforme estabelecido nos **incisos IV e V da Terceira Diretriz da Resolução n.º 453/2012 c/c art. 4º, inciso III da Lei Municipal n.º 2.147/2014.**

No que concerne, especificamente aos representantes pertencentes ao segmento gestor, importa dizer que gestor é aquele que gere, administra e ordena despesas. Neste sentido, na gestão da saúde, pode-se ter como gestores, por exemplo, os representantes da Secretaria Municipal de Saúde, de Assistência Social, os Diretores de Hospitais e Postos de Saúde (a depender da estrutura organizacional), bem como, em situações específicas, seriam "gestores" no sentido lato, os dirigentes de OS ou OSCIP que detenham Contratos de Gestão Hospitalar.

A partir desta linha, considero que o seguimento "gestor de saúde" representa a esfera do governo nos Conselhos de Saúde, conforme a alínea "q", do inciso III, da Terceira Diretriz da Resolução n.º 453/2012 e não se enquadra como organizações representativas de usuários ou profissionais de saúde.

Sendo assim, entendo que as entidades gestoras, bem como os prestadores de serviços de saúde, por meio de seus representantes podem representar seus setores na estrutura organizacional dos Conselhos Municipais de Saúde, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), os quais terão seus Conselheiros indicados, a fim de contribuir na efetiva participação da sociedade no SUS, com ampla atuação no âmbito da saúde e na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Ressalta-se que, a **Lei Municipal n.º 2.147/2014¹**, do Município de Barcarena, em conformidade com a **Lei Federal n.º 8.412/1990** e a **Resolução n.º 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde**, reitera as diretrizes das normas federais, ratificando, em seu art. 3º, a distribuição da representação do Conselho Municipal de Saúde, na qual estabelece que 25% seja de prestadores de serviços (públicos e privados conveniados com o SUS), bem como em no **art. 4º, inciso III**, prevê a participação dos representantes de entidades governamentais e

¹ Disponível em: <<https://www.barcarena.pa.gov.br/portal/legislacao>>, último acesso em 18/01/2019.

[Assinatura]

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 14 - 562

Processo nº 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

prestadores de serviços conveniados ao SUS na composição do Conselho Municipal de Saúde de Barcarena, dentre eles, os representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, do 6º Centro Regional de Saúde e prestadores de serviços conveniados com o SUS, no âmbito do Município de Barcarena.

A partir de tais considerações, importa adentrar na análise da possibilidade do representante do segmento gestor concorrer ao cargo de presidente do Conselho Municipal de Saúde.

De acordo com as normas que regulam o Conselho Nacional de Saúde, as quais devem ser igualmente observadas pelos Conselhos Municipais, a Presidência, possui dentre as suas principais atribuições, a coordenação da Mesa Diretora, a representação do Conselho em suas relações internas e externas, o estabelecimento da interlocução com órgãos do Ministério da Saúde e demais órgãos do governo e com instituições públicas ou entidades privadas para o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Saúde, expedir atos decorrentes de deliberações do CNS, dentre outras.

Ademais, a Presidência do Conselho Nacional de Saúde é definida por meio de votação secreta, entre os Conselheiros Titulares, em eleição que precede a escolha dos demais membros da Mesa Diretora, de acordo com o **art. 6º, do Decreto n.º 5.839/2006**, o qual dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do **Conselho Nacional de Saúde - CNS**.

Sendo assim, não vislumbro qualquer impedimento de que o Conselheiro Titular, representante do segmento gestor, concorra e seja eleito no cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em igualdade e paridade aos demais conselheiros que representam os outros segmentos enumerados.

Diante de todo o exposto, considero como resposta ao quesito formulado a seguinte tese:

1) Um Conselho de Saúde Municipal pode ter como presidente um representante do segmento gestor?

¹Art.6º-O Presidente do CNS será eleito, entre os conselheiros titulares, em escrutínio secreto, na reunião em que tomarem posse os novos membros, votantes somente os membros titulares.

DL

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº. 14 - 562

Processo nº 201809617-00 – Consulta da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício 2018, de responsabilidade de sua Exa. Sr. Antônio Carlos Vilaça (Prefeito)

Os Conselheiros Titulares, os quais foram indicados pelos segmentos que participam ativamente na atuação dos Conselhos Municipais de Saúde, dentre eles, o representante do segmento gestor, podem concorrer e, assim, serem eleitos ao cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde, com fundamento na **Lei Federal nº 8.142/1990** e na **Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde**.

Por fim, com o escopo de melhor compreensão dos jurisdicionados, bem como o contínuo aperfeiçoamento da uniformização da jurisprudência desta Egrégia Corte de Contas, proponho a seguinte ementa:

CONSULTA. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE. GESTORES DE SAÚDE.

1. Os Conselhos Municipais de Saúde objetivam garantir a participação popular na execução de políticas públicas setoriais, na medida em que são órgãos colegiados de caráter deliberativo e permanente, formados por representantes do governo, profissionais da saúde, usuários e também por gestores e prestadores de serviços de saúde.
2. As entidades gestoras, por meio de seus representantes podem representar o respectivo segmento na estrutura organizacional dos Conselhos Municipais de Saúde, por meio de seus conselheiros indicados.
3. É possível o representante do segmento gestor, que tenha sido indicado como Conselheiro, concorrer e ser eleito Presidente do Conselho Municipal de Saúde, com fulcro na Lei Federal nº 8.142/1990 e na Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **26 de março de 2019**.


Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior

Relator